

Capítulo 1 – Abordagem Metodológica e Fontes

1.1 - O Arquivo da Câmara Municipal de Avis: Após a leitura atenta das obras de referência já enunciadas, iniciei a recolha da extensa bibliografia sobre os temas de História Social e História Política dos finais do século XIX e 1ª metade do século XX. O estudo da viabilidade deste projecto teve como base o levantamento das fontes existentes nos arquivos da Câmara Municipal de Avis. Com alguma surpresa, verifiquei que o arquivo estava relativamente bem organizado, com acesso fácil e suficientemente completo no que diz respeito aos elementos necessários para o estudo do período escolhido. Os vários livros de registo, desde o extenso arquivo da Santa Casa da Misericórdia, aos registos dos testamentos, dos vencimentos dos funcionários da Câmara, etc., possibilitaram a formação de uma imagem clara dos interesses e modo de vida do grupo estudado. Foi assim possível iniciar o processo de definição das elites sociais locais, o qual teve como ponto de maior relevância o apuramento das elites políticas locais nos livros de actas das eleições e das sessões da Câmara.

O facto de ter identificado o pessoal político para chegar à definição das elites sociais locais explica-se por apenas poderem ser eleitos ou nomeados para os cargo administrativos os cidadãos do próprio concelho (ver legislação no anexo 9). Esta abordagem revelou a composição sócio-profissional da Câmara de Avis entre 1886 e 1941 e permitiu ter uma ideia do peso de cada categoria profissional no poder local. Serviu assim de ponto de partida para a elaboração das listas das famílias da elite económica e social do concelho.

Verifiquei que os mais altos cargos da Câmara Municipal de Avis estiveram durante quase todo este período nas mãos de representantes das famílias dos maiores proprietários do concelho. Dos 14 Presidentes da Câmara de Avis neste período (entre 17 eleições, 2 substituições pelo vice-presidente e 7 nomeações por alvará do governador civil do distrito de Portalegre), apenas 4 não eram grandes proprietários (ver anexo 1). No conjunto do pessoal político eleito e nomeado para os cargos administrativos, os grandes proprietários rurais ocuparam a mais alta percentagem de lugares de poder, com algumas variantes durante os períodos de mudança de regime.

Os cargos de vereadores foram ocupados por gerações mais novas destas mesmas famílias, parentes muito próximos destes e membros de famílias com algum poder económico, sobretudo comerciantes. Há também casos de "artistas" (artesãos), como sapateiros, carpinteiros, ferreiros, mas são poucos e ocupam maioritariamente os lugares de suplentes (ver anexo 1). As variações dos quadros apresentados são analisadas nos capítulos seguintes.

Quanto aos eleitos para as Juntas de Freguesia, a regra é a grande variedade de profissões, das quais se salientam alguns seareiros, mas principalmente os "artistas", o grupo

dos artesãos. Curiosamente, predominam os sapateiros, havendo mesmo uma Junta de Freguesia (Benavila), eleita em 1922, composta inteiramente por profissionais deste ramo. Há alguns (raros) proprietários, mas quase sempre dos mais pequenos. A partir das informações fornecidas pelos livros do recenseamento eleitoral pude ainda tirar muitas outras informações sobre este grupo, mas que saem do âmbito deste trabalho.

Outro motivo que me levou a eliminar as Juntas de Freguesia e este grupo do meu estudo é a falta, nos arquivos, das actas das eleições entre 1908 e 1922; de 1922 em diante as actas existem, mas estão assinadas em branco. A falta de informações entre 1922 e 1941 inutilizariam o estudo (ver anexo 3).

A elaboração das listas dos cidadãos eleitos no concelho para os vários cargos políticos num período de 55 anos e três regimes diferentes foi um processo que obrigou à consulta de diversas fontes, uma vez que as alterações das leis eleitorais levaram a que os elementos fornecidos pelas mesmas e os próprios órgãos do poder municipal e distrital variassem significativamente ⁽¹⁾.

1.1.1 - As Actas das Eleições e os Livros de Actas das Sessões da Câmara:

Para apurar as elites políticas municipais até 1908 foi necessário o levantamento das informações das actas das eleições seguido da leitura das actas das sessões da Câmara, nas quais se registava a distribuição dos vários cargos a desempenhar pelos vereadores eleitos. Esta distribuição dos cargos era realizada por uma eleição entre os próprios vereadores na data de tomada de posse. Após a eleição, os assuntos tratados nas assembleias-gerais e ordinárias eram variados e mereciam um tratamento específico, no sentido de apurar o tipo de preocupações do poder municipal face aos problemas do concelho. Porém, variados factores dificultariam este tipo de apuramento: a falta de alguns livros e o facto de a maior parte dos assuntos correntes do concelho serem despachados regularmente pelo Administrador do Concelho⁽²⁾. A partir da República este apuramento só foi possível com a leitura dos livros de actas das sessões da Câmara, complementada pela consulta da imprensa distrital, uma vez que não existia imprensa local.

1.1.2 - Os Livros do Recenseamento Eleitoral: O passo seguinte foi a consulta dos livros do recenseamento eleitoral, nos quais procurei os nomes dos cidadãos eleitos para a Câmara Municipal e para as Juntas de Freguesia. Estes livros praticamente anuais e divididos por freguesias são uma fonte preciosa, pois fornecem uma considerável quantidade de informações sobre os indivíduos recenseados, especialmente no período da Monarquia ⁽³⁾. Destacam-se por exemplo, as categorias de "elegível" e de "Maior Contribuinte", as quais foram essenciais para a definição e hierarquização das elites económicas do concelho.

1.1.3 - Outras fontes: Neste arquivo foi possível também fazer a recolha de outro tipo de fontes importantes para a caracterização das elites, como foi o caso do livro de

registo de licença de uso e porte de armas, licença de caça, registos dos consumidores de energia eléctrica, etc. Naturalmente os mesmos nomes surgiam em quase todas as ocasiões, o que possibilitou a elaboração de um retrato mais fiel dum certo estilo de vida que desenvolvo no capítulo 4. Igualmente importante foi a recolha dos mapas do concelho e da vila de Avis, além das cartas militares que permitem a localização dos montes nos quais os lavradores e proprietários residiam ou tinham a sede da sua lavoura. A localização espacial é algo fundamental para se conseguir uma noção mais correcta do tema a tratar, desde as distâncias percorridas a cavalo, a dificuldade das deslocações, etc. Este enquadramento geográfico foi complementado com os mapas de estradas recolhidos na Biblioteca Nacional, uma fonte importantíssima e raramente tratada, inclusivamente pelo Automóvel Club de Portugal que não mantém um arquivo com os seus mapas mais antigos.

1.2 - Inventários por Morte: Com a lista dos nomes das principais figuras da elite política e económica de Avis foi então possível requisitar os respectivos Inventários por Morte arquivados na Repartição de Finanças de Avis. Estas fontes permitiram um estabelecimento pormenorizado dos bens dos indivíduos que neste concelho viveram e morreram, isto é, das famílias da elite social *local*, que em Avis possuíam a sua primeira residência, a sua família, a sua actividade profissional e interesses económicos e onde exerciam o seu direito de voto.

1.2.1 - Recolha dos Inventários: Neste arquivo foi possível recolher 46 Inventários por Morte ou por Doação em Vida, aos quais se somaram 4 inventários orfanológicos encontrados no Tribunal de Fronteira (ver anexo 2). Destes 50, 31 (62%) pertencem a pessoas que exerceram cargos para os quais foram eleitos ou nomeados por alvará do Governador Civil do distrito de Portalegre (a partir de 28/6/1926), 17 (34%) não exerceram cargos electivos, mas também estão incluídos na categoria de MC ou pertencem às famílias detentoras de maior poder económico e influência local, geralmente parentes próximos dos anteriores; e 2 (4%) são funcionários da Câmara Municipal várias vezes eleitos para as juntas de freguesia.

Logo de início surgiu o problema de não se encontrarem nesta repartição os inventários por morte de todas as pessoas das listas que eu elaborara⁽⁴⁾. Quanto aos inventários de facto encontrados (ver anexo 3), são bastante significativos e representam a maioria das famílias mais importantes da elite política e económica local.

Quadro 1: Inventários Recolhidos	Nº	%
Grandes proprietários / lavradores (a)	21	42
Proprietários / médicos ou advogados (b)	3	6
Farmacêuticos	2	4
Pequenos proprietários / lavradores	12	24
Funcionários da administração municipal	4	8

Comerciantes	3	6
Outras profissões (c)	5	10
<hr/>		
Totais	50	100

(a) Todos estes proprietários eram lavradores que exploravam as suas terras directamente; o critério escolhido para os distinguir dos outros foi a posse de pelo menos 1 herdade.

(b) 1 advogado e 2 médicos, dos quais um é grande proprietário apenas pelo casamento.

(c) 1 sapateiro, 1 padre, 1 dono de hospedaria e de lagar de azeite e 2 com profissão indeterminada, mas todos foram eleitos para cargos públicos.

As informações fornecidas pelos inventários são variadas e, na maior parte dos casos, muito completas e esclarecedoras:

- 1º Começam por indicar a data de instauração do processo, geralmente poucos dias após a data do óbito, o qual é minimamente descrito, sempre com indicação do local.
- 2º Referência ao tipo de processo: por morte ou por doação em vida. Neste segundo caso, os bens inventariados são apenas os que são doados e não a totalidade dos bens da pessoa ou pessoas que fazem a doação. Quando há doações com reserva de usufruto, estes processos referem no fim a data da morte do(s) doador(es).
- 3º Há sempre um declarante, parente próximo ou procurador da família.
- 4º Descrição dos herdeiros, respectivos cônjuges e regime de casamento, com morada, idade (no fim dos processos, por vezes há mesmo a especificação dos bens que são distribuídos por cada um, mas só nos casos de haver testamento e em fortunas consideráveis; há mesmo um caso, o nº 10, em que se apresentam as certidões de baptismo de todos os filhos, que por acaso eram 10): este dado é fundamental para o estabelecimento das relações de parentesco e para a verificação do processo de transmissão dos bens.
- 5º Por vezes há a descrição completa do falecido, com a indicação do nome dos pais, da idade na data da morte (nem sempre coincidente com as informações recolhidas nos recenseamentos eleitorais) e da morada. Infelizmente estas informações não são fornecidas em todos os inventários.
- 6º Descrição do estado civil do falecido e do cônjuge e respectivo regime de casamento (quase sempre).
- 7º O facto de haver ou não testamento: se há está sempre incluído no processo e é uma peça fundamental.
- 8º Descrição e inventário dos bens: logo no princípio ou no fim da lista dos bens, apresenta-se o valor total dos mesmos, separado em:
 - a) "bens móveis" ou "bens mobiliários",
 - b) "semoventes" (o gado vivo),
 - c) "bens imóveis", "de raiz" ou "imobiliários",
 - d) dinheiro,
 - e) dívidas activas e passivas.

A descrição dos objectos (que são sempre numerados) de cada uma destas categorias é bastante pormenorizada, incluindo os valores monetários de cada um. A atribuição de um valor monetário aos bens inventariados pode ser feita pelos familiares, mas correntemente aparece a referência a avaliadores oficiais, como no caso do inventário nº 21, no qual surge a expressão: "que os louvados avaliaram em...". Nos objectos móveis é frequente a utilização da expressão "muito usado"; nos semoventes, alguns inventários chegam ao pormenor de referir os nomes e cores dos animais descritos, enquanto que outros apenas os avaliam colectivamente; quanto aos imóveis, apresentam a classificação de "rústico" ou "urbano", o uso que se lhe dá, o tipo de terra das propriedades rústicas, as árvores existentes, raras vezes o número de hectares, a freguesia e concelho de localização, por vezes com os nomes dos vizinhos cujas propriedades fazem fronteira com a que está a ser descrita, o número de inscrição na matriz da conservatória do registo predial (onde o prédio está completamente descrito, incluindo a localização precisa, mas esta informação só é fornecida em raras ocasiões) e o valor matricial. Os bens imóveis têm ainda a caracterização do tipo de propriedade: plena, enfiteutica (com a referência do proprietário pleno e do valor do foro anual a pagar) ou arrendada (neste caso indicando o proprietário e o valor da renda a pagar). Muitos destes bens estão ainda descritos como pertencendo ao falecido em apenas 1/2, ou outras porções por não terem sido divididos anteriormente, sendo o resultado de heranças ou compras familiares em conjunto. Salienta-se ainda na descrição dos bens a existência por vezes de inventários separados para os bens do casal e do falecido como pessoa individual, nos casos bastante frequentes de casamentos com separação de bens.

- 9º No final existe sempre um ou vários quadros dos valores especificados com a apresentação das contas feitas para apurar o total dos impostos de transmissão a pagar pelos herdeiros. Geralmente vêem os valores separados a pagar a cada herdeiro, mas noutros apresenta-se apenas o valor total a pagar.

1.2.2 - Dificuldades e problemas levantadas no tratamento desta fonte:

Como já foi referido, por vezes a idade do falecido apresentada nos inventários por morte não corresponde à idade referida em recenseamentos eleitorais com datas anteriores. Contudo as diferenças não são suficientemente grandes para serem significativas, à excepção de um caso em que não ficou claro se a data referida era a da morte ou a da instauração do processo e a diferença era de mais de 10 anos.

A grande dificuldade destas fontes é a impossibilidade de confirmar a veracidade dos valores apresentados e mesmo a apresentação ou não por parte dos herdeiros da totalidade dos bens. Isto tem uma justificação lógica: os herdeiros tentam sempre pagar o mínimo possível de impostos sucessórios. Sobretudo a partir dos anos 30 nota-se uma diminuição considerável dos valores declarados nos inventários, assim como da quantidade e qualidade dos bens descritos. Ao mesmo tempo, regista-se um grande desfasamento entre os valores matriciais dos bens imóveis e os seus valores reais. Assim, surge um problema grave na apreciação dos inventários a partir destas datas: enquanto que no início do século, os inventários nos descrevem grandes fortunas em termos monetários e recheios de casa bastante especificados, incluindo mesmo os objectos de luxo, como as peças de ouro e prata, os cristais e serviços de louça de representação social, tal como os de uso diário; a partir de meados do século, as mesmas famílias, que eu conheço por verificação directa ou por fontes orais, passam a apresentar inventários que dão uma imagem de precariedade de posses completamente afastada da realidade. Torna-se então muito difícil acreditar na fiabilidade desta fonte, excepto nos inventários orfanológicos, bastante mais rigorosos e obrigatoriamente verificados por um avaliador oficial⁽⁵⁾.

1.2.3 - Bens apresentados com maior frequência (ver anexo 2):

1.2.3.1 - No inventário dos **bens móveis** da casa de habitação, predomina a descrição das mobílias dos quartos, das salas de jantar e de estar e em raras ocasiões de mobiliário de escritório. Fica-se com a impressão de que não era muito importante para estas famílias a existência em casa de bibliotecas (são raras as referências a livros, apenas no nº 34, um médico) ou mesmo de um escritório, pois a descrição de escrivaninhas ou secretárias (nº 15 e 24) é muito esporádica e só encontrei alguns cofres.

Há grande pormenor na descrição do mobiliário das salas de jantar, de estar e cozinha e dos respectivos utensílios, assim como de louças, vidros, talheres e de todas as roupas de uso doméstico, incluindo toalhas, cobertores, lençóis, fronhas, etc. São geralmente apresentados também máquinas de costura, relógios de parede, bacias, baús e arcas. Há apenas um caso de uma tina de banho no nº 24. Ainda nos bens móveis, aparece por vezes a descrição dos alimentos guardados na dispensa da casa e do respectivo vasilhame: o azeite, os cereais, a farinha, as carnes fumadas.

Muito importante para a definição das funções agrícolas, a descrição dos trens, carroças, carros de parrelha, arados, etc., e dos maquinismos para moagem de cereais e lagares de azeite. Mais tarde, a partir dos anos 30, surgem os automóveis e as "camionettes a gasogénio", os *jeeps* "Willies" e mesmo os carros de luxo, incluindo Mercedes descapotáveis do final dos anos 30, aliás uma das únicas extravagâncias de algumas destas famílias que se caracterizam pela apego ao dinheiro, que só era gasto na compra de mais terras, de preferência herdades vizinhas às que já possuíam. A maioria dos objectos de luxo referidos faz parte dos enxovais das senhoras.

1.2.3.2 - Semoventes: a descrição dos gados do falecido é uma peça fundamental destes inventários, pois ilustram os principais interesses económicos dos lavradores do concelho e a actividade das respectivas casas agrícolas. Dos animais enunciados destaca-se o elevado número de efectivos de gado ovino e suíno e a existência constante de gado bovino, muar e asinino para funções de tracção. O gado tem aliás, na maior parte dos casos, um peso considerável nas explorações agrícolas do concelho de Avis. Isto verifica-se no predomínio do montado de azinho e de sobro para a alimentação dos suínos e no número de unidades dos rebanhos de ovelhas e cabras e das varas de porcos. Além das terras de sementeira e das oliveiras, que praticamente todas as propriedades discriminam, os inventários de alguns dos maiores proprietários/lavradores do concelho ilustram bem esta realidade do forte interesse na criação de gado ao longo de todo o período considerado (ver Anexo 2, nº 4, 29 e M. J. C. Braga).

1.2.3.3 - Bens imóveis, "de raiz" ou "imobiliários": Nos 50 inventários recolhidos estão descritas as seguintes propriedades no concelho de Avis (excluindo todas as situadas fora do concelho):

Quadro 2: Tipos de Propriedade	Nº
Herdades (a)	71
Courelas (b)	74
Ferragiais, tapadas, hortas, etc. (c)	67
Casas nas vilas (d)	97
Casas nos montes (e)	26
Lagares de azeite	6
Farmácia	1
Total	341

(a) Esta denominação vem definida no José da Silva Picão como "grandes tratos de terreno" que dividem os campos do Alentejo e que sustentam "uma exploração agrícola-pecuária chamada lavoura" (p. 13); em Avis têm geralmente entre 200 e 1500ha, sem contar com a Herdade de Camões da Casa de Cadaval que tem cerca de 5.000ha (a parte que está no concelho de Avis é de cerca de 3500). Além destas 70 herdades enunciadas, ainda estão referidas nos inventários mais 1/2 e 1/5 de outras herdades.

(b) As courelas podem ter entre 1 e 200 hectares. Geralmente um proprietário tenta sempre ter várias courelas contíguas, de preferência anexas às herdades.

(c) Todas estas são mais pequenas e com funções próprias: por exemplo uma tapada era uma porção de terra murada na qual se deixavam os animais doentes, separados dos outros para recuperar ou onde estavam os animais de caça; as hortas tinham mais árvores de fruta e terras para legumes e frutas e localizavam-se mais perto das povoações ou dos montes das herdades para fornecimento destes produtos à casa do proprietário.

(d) em Avis, Ervedal e Benavila. Quase todos têm uma casa de habitação nas vilas e outras que arrendam.

(e) estas são apenas as que vêm referidas nos inventários, mas tem de se considerar que a maioria das herdades tinha um monte de habitação que na época em estudo ainda era habitado, se não pelo proprietário como primeira residência, pelo menos como residência secundária e quase sempre com dependências habitadas pelo feitor ou outros empregados permanentes.

Das 71 herdades possuídas pelos 21 grande proprietários / lavradores cujos inventários foram levantados, 64 são em propriedade plena e 7 pagam foro em trigo ou em dinheiro ao dono do domínio directo (ver anexo 2), muitos ainda em 1952, pois esta situação só foi abolida em 1976⁽⁶⁾; os donos dos foros incluem grandes proprietários de concelhos vizinhos e de Évora, um grande proprietário de Avis, o Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá, a Misericórdia de Avis e a Câmara Municipal de Avis; destes proprietários, 6 recebem também foros de terras, casas e azenhas, pagos anualmente em dinheiro, cereais, azeite e, no caso de Manuel Joaquim da Costa Braga que morreu em 1895, além do outros foros, recebia o pagamento do foro de uma casa em galinhas. Do total dos inventariados, 10 são proprietários de domínios directos sobre terras de várias dimensões, casas e azenhas e 8 pagam foros.

As herdades inventariadas apresentam na maioria dos casos a seguinte descrição: "terras de sementeira, montado de azinho e de sobro, oliveiras, horta com árvores de fruto, casa de habitação...", mas algumas apresentam descrições mais completas que incluem lagares, moinhos e vários edifícios com funções diversas: celeiros, forjas de ferreiro e muitas outras instalações coincidentes com a descrição que José da Silva Picão nos dá dum Monte alentejano. Por exemplo, no inventário nº 29, a herdade "Quinta do Pinheiro", residência de José Valentim Varela que morreu em 1914, a descrição é a seguinte: "terras de sementeira, horta, vinha, algumas oliveiras, casa de habitação, celeiro, adegas, cavalaria, palheiro, abegoaria, lagar, moinho, turbina hidráulica, prensa, fonte e depósito de água de nascente; fábrica de moagens com aparelhos a vapor". Porém, este era um lavrador com grande iniciativa, que saía da média.

Nos inventários também se pode verificar o grande peso das casas que estas pessoas possuem nas vilas: em 50 inventários surgem 97 casas, além de alguns celeiros, anexos, etc. Todos apresentam pelo menos uma "morada de casas de habitação" urbana, grande, e algumas outras mais pequenas que arrendam. As descrições destas são também por vezes muito pormenorizadas, com o número de divisões (a casa do nº 4 tem 41 divisões e vale 200.000\$00 em 1946) e as dependências, que podem incluir "altos e baixos, quintal, cavalaria, celeiro, pátio, jardim, varanda", etc.

Os inventários de pessoas de outras profissões, como comerciantes, industriais ou farmacêuticos, não referem geralmente propriedades rústicas, ou então referem apenas uma horta com árvores de fruto perto da vila, ou semelhante. Algumas das propriedades urbanas possuídas por membros deste grupo são comparáveis em valor e até ultrapassam as propriedades urbanas do grupo dos grandes proprietários. Isto pode ser verificado não só pelos valores e número de divisões descritos nos inventários, mas também pelas fotografias (da época e actuais) das próprias casas.

1.2.3.4 - Dinheiro e dívidas activas e passivas: Apenas 21 dos inventários apresentam referência a este tipo de bem (ver anexo 4). Só há 3 quantias em dinheiro: o inventário nº 5 (Dr. Cosme dos Campos Callado), por exemplo diz "dinheiro em cofres". Quanto a depósitos em bancos, só aparecem a partir de 1921 e as quantias vão nitidamente aumentando. No entanto, já em 1914 surgem dívidas a bancos de Lisboa e de Évora. Pode extrair-se desta fonte quais os bancos com delegações em Avis em diferentes épocas, em conjugação com as informações dos anuários comerciais, que indicam os respectivos agentes bancários. A secção das dívidas nos inventários é uma fonte importante para o estudo do peso que a elite de Avis tinha como entidade fornecedora de crédito, face à ainda incipiente presença dos bancos na vida económica. A lista dos credores dá-nos a referência das pessoas que se dedicavam a emprestar dinheiro, a maior parte das vezes a juros, e que será analisada no capítulo 3.

1.2.4 - Importância desta fonte. Apesar de ser uma fonte indirecta a apresentar todas as deficiências e dificuldades (incluindo a própria fiabilidade) atrás descritas, permite-nos ao menos fazer uma definição da hierarquia dentro das elites e retratar um tipo de vida e uma sociedade. Os imóveis e semoventes, dão-nos um retrato do tipo de riqueza da família, dos investimentos, da produção agrícola e dos maiores interesses considerados. Para a elaboração deste retrato, os inventários fornecem-nos a descrição das casas rústicas ou urbanas (a casa da vila e a do monte), a mudança da residência principal (na geração que casou no princípio do século) do monte para a vila, o mobiliário destas casas, os objectos de uso comum e os de representação social. Todos estes pormenores podem ser verificados nos inventários por morte, sobretudo quando se tem acesso aos de várias gerações da mesma família, como foi o caso em pelo menos três⁽⁷⁾.

A descrição dos bens de uso doméstico e da distribuição dos espaços dentro da habitação permitem-nos tentar elaborar uma "História da vida privada", a qual terá necessariamente de ser complementada e conjugada com as informações fornecidas pelas fontes orais. Os dados fornecidos por esta fonte permitir-me-ão ainda apurar outras informações valiosas para o estudo da religiosidade e das estratégias matrimoniais, as quais desenvolvo nos capítulos 3 e 4. Por exemplo a percentagem de casamentos com separação de bens e os casamentos pela igreja ou apenas pelo registo civil. Também o apuramento das datas de nascimento e de morte é importante para o estudo demográfico deste grupo: os meses de maior mortalidade, as causas de morte (fornecidas só algumas vezes), a existência de um número maior de viúvos ou viúvas, consoante as épocas, etc.

Esta fonte foi ainda fundamental para o estabelecimento dos laços de parentesco entre as pessoas apuradas como pertencentes à elite política e económica de Avis e a elaboração das respectivas árvores genealógicas. Apenas com os nomes recolhidos nos recenseamentos e nas actas das eleições não era possível relacioná-las, pois um dos grandes

problemas é a grande diversidade de apelidos dentro da mesma família, mesmo entre irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe. Os inventários resolveram parte desta questão, pois apresentam listas de filhos e herdeiros dos falecidos. Porém, a falta de alguns inventários de elementos-chave dessas famílias tornaria esta reconstituição inviável sem o precioso auxílio das fontes orais.

1.2.5 - Autores que trataram este tipo de fonte: tal como já foi referido, o ponto de partida para este trabalho foi a tese do Prof. Hélder Fonseca⁽⁸⁾. Este autor define as características e tendências da Economia Alentejana na segunda metade do século XIX e caracteriza a Elite Económica Alentejana, centrando o seu estudo no concelho de Évora. O seu objectivo é uma definição e caracterização sociológica desta elite, a qual, independentemente da diversidade de origens, percursos e atitudes individuais, constituiu-se como um grupo com um forte sentido de solidariedade e elevado grau de coesão (capítulo 1, vol. II). Pode acrescentar-se que esta coesão se solidificou com as estratégias matrimoniais que levaram à concentração da propriedade. Esta estratégia é descrita quando o autor faz a reconstituição do estilo de vida e rede de parentesco destas famílias, nomeadamente no que diz respeito aos critérios de recrutamento para o clube "Círculo Eborense".

No 2º capítulo do II volume, o autor pretende mostrar que os interesses materiais da elite económica alentejana se modificaram ao longo do século XIX, revelando grande empenho tanto na aquisição imobiliária e na agricultura, como em aplicações no domínio industrial, financeiro e bancário (em Avis, este tipo de investimento teve um carácter bastante reduzido entre 1886 e 1941, mas com algum significado parcelar). No entanto, foi ainda a terra que mais investimentos privados atraiu na região durante o período estudado. Por isso, o autor analisa as estratégias de acumulação fundiária, as modalidades de rentabilização e da organização das explorações, a tipologia do capital empregue e o grau de modernização técnica. As principais fontes utilizadas são os inventários por morte, declarados nas repartições de finanças para pagamento do imposto sucessório (introduzido em Portugal em 1838) e os inventários orfanológicos, recolhidos no Juízo de Órfãos⁽⁹⁾.

Também Maria Manuela Rocha⁽¹⁰⁾ utilizou esta fonte para estudar o concelho de Monsaraz na 1ª metade do século XIX.

1.3 – Arquivos Particulares: o único que está minimamente tratado como tal é o Arquivo Pais Telles no Ervedal, organizado por Mário Pais da Cunha e Sá antes da sua morte em 1971 e actualmente na posse da Junta de Freguesia. Reúne grande parte dos livros e documentos possuídos por duas das famílias das elites do concelho, unidas por casamentos vários: a família Pais e a família Cunha e Sá⁽¹¹⁾.

Neste arquivo encontrei algumas escrituras de compra das herdades das famílias e alguns testamentos; porém, mesmo com os livros catalogados e arrumados, grande parte dos papéis ainda estão atirados para dentro de gavetas, sem a menor possibilidade de darem

origem a um estudo mais aprofundado dos comportamentos económicos das casas agrícolas destas famílias. Tal como na Fundação Abreu Callado, no Ervedal, estes montes de papéis em caixas e gavetas não apresentam qualquer ligação entre si, datas ou um mínimo de organização contabilística que permita a sua simples arrumação. Apenas uma lista de pagamentos a tiradores de cortiça me deram a certeza de que a cortiça dos sobreiros da herdade de Pêro Viegas era tirada pelos proprietários e só depois vendida, mas que significado pode ter isto no conjunto da lavoura, se nem se sabe o valor da mesma?

Se até numa instituição como a Fundação Abreu Callado é difícil fazer a história da família, quanto mais nas outras casas, cujos descendentes na maior parte dos casos já nem se dedicam à agricultura. Assim, os arquivos familiares foram mais importantes noutra tipo de fontes: os livros, as revistas, as roupas, o mobiliário (incluindo um gramofone), as fotografias de família, os objectos de uso pessoal. Na casa da família que deu origem a esta Fundação, tudo está conservado como nos dias em que os proprietários lá viviam. Com a autorização dos directores, pude ver a casa (confirmando a veracidade dos inventários por morte dos números 4 e 5), fotografá-la, tocar nos objectos, ver as gavetas das roupas de cerimónia e de uso corrente, tudo acompanhado pelos comentários dos empregados da casa e seus descendentes, que lá se mantêm pelos estatutos da Fundação. Esta observação em directo de uma realidade parada no tempo, uma vez que esta família não teve descendentes que continuassem a usar estes objectos ou que os alienassem, foi como uma viagem no tempo e uma fonte importantíssima para a construção da imagem da vida do dia-a-dia destas famílias.

1.4 - As fontes iconográficas: Este mesmo arquivo foi uma fonte importante de fotografias de época, postais enviados por parentes e vários afilhados em viagens (incluindo uns parentes que moravam no Brasil), quadros nas paredes e gravuras, gentilmente cedidas em fotocópias, as quais revelaram as caras, os modos de vestir, os interesses, as actividades em períodos de lazer e mesmo algumas atitudes de pessoas apenas conhecidas pelos nomes. Estes postais e retratos são uma fonte preciosa para a História Urbana, pois mostram-nos a evolução das cidades, e para a História Social em geral, pois revelam muito mais do que qualquer descrição por escrito, sobretudo no que diz respeito à estética de cada época e aos gostos e preferências das diferentes gerações. A apresentação destas fontes completa e enriquece a descrição, torna-a mais viva e esclarecedora do que um relato apenas por escrito.

Para Avis e para o grupo estudado esta fonte é abundante, pois além de ser frequente as pessoas tirarem o retrato e o enviarem umas às outras, seguindo o costume da época de enviar fotografias na troca de correspondência, sobretudo no caso de pessoas que moravam em terras distantes (e todas eram distante, devido às más vias de comunicação), as famílias Figueiredo e Pais possuem uma colecção considerável de fotografias das famílias nas

situações mais variadas: piqueniques, caçadas, festas religiosas, carnaval, reuniões familiares em ocasiões de aniversários, baptizados, etc.

Esta colecção abrange praticamente todo o período estudado, pois uma das senhoras era fotógrafa amadora, tirava fotografias aos parentes (praticamente todos os da elite estudada) e teve mesmo trabalhos seus publicados em revistas e nos postais oficiais da vila encomendados pela Câmara Municipal. Em todas as colecções de retratos dos arquivos familiares encontrei trabalhos assinados por "Cecília de Figueiredo" e o acesso às chapas em vidro com os negativos das fotografias foi verdadeiramente o desvendar de um mundo. Confirma-se assim o ditado que diz que uma imagem vale mais que mil palavras.

Esta fonte já foi tratada por vários autores, como por exemplo Maria Filomena Mónica, que explica: "No princípio do século já a fotografia era uma moda: vendiam-se inúmeros postais e os cidadãos iam tirar retrato aos *ateliers*"⁽¹²⁾. Também o Prof. Hélder Fonseca, na sua exposição *Retratos de família. As elites eborenses no século XIX*, comentou que "a fotografia consolidava sentimentos de pertença entre os elementos do grupo, estreitava solidariedades e prolongava a memória. (...) a fotografia ajuda ao exercício da memória, fortalece raízes, consolida pertenças, perpetua o nome da família (...) Noutros casos em torno do patriarca, guardião das referências familiares, reunia-se a descendência, que assegurava a continuidade e o futuro do nome nas gerações seguintes"⁽¹³⁾. Em Avis esta moda também pegou naturalmente, sobretudo entre as elites, que iam tirar retratos aos melhores fotógrafos da época quando viajavam a Lisboa ou às praias mais famosas.

Simon Kuin, numa recensão ao livro *O Século da Rússia* comenta: "De brinquedo dos mais abastados, servindo para solenizar os momentos altos do calendário da sua vida privada (impressionante a fotografia da pilha de veados mortos numa caçada organizada por Nicolau II, em 1912) e utensílio de etnógrafos que foi no início do século, a fotografia rapidamente evoluiu para instrumento de propaganda, dos anos da Grande Guerra até ao auge da colectivização da agricultura nos anos 30. (...) Nos anos da Grande Guerra, predominavam os «retratos de heróis» que circulavam pelos regimentos para levantar a moral (...)"⁽¹⁴⁾. Isto aplica-se perfeitamente à minha colecção de fotografias das elites nos momentos mais significativos da sua vida; quanto à fotografia como propaganda, o Estado Novo também a utilizou e aí os jornais e revistas recolhidas para este período são também muito ricas em fotografias dos "ilustríssimos" membros da União Nacional, com as poses mais enfáticas e o elogio aos grandes lavradores do concelho.

Sobre o período da 1ª Grande Guerra, encontrei várias fotografias dum farmacêutico de Avis, Joaquim de Figueiredo (filho do farmacêutico que foi presidente da câmara em 1886), mas não foi tirada pelo motivo aqui apresentado. Este oficial tirou-a para mandar à família, para o verem fardado, num retrato imponente para marcar um momento importante da sua vida, imediatamente antes de embarcar para a guerra, talvez para a morte. Felizmente

não morreu, mas a fotografia marcou um momento que a família podia recordar caso ele tivesse morrido.



Como complemento à recolha e fotocópia de fotografias antigas, realizei também um extenso trabalho de fotografia às casas da vila e aos montes de habitação destas famílias na actualidade, uma vez que apenas possuía as fotografias de época de algumas. Assim foi possível ilustrar com imagens praticamente todos os imóveis referidos nos inventários por morte, apesar de muitos já não pertencerem às famílias originais.

O mesmo fiz nos cemitérios, onde fotografei praticamente todos os jazigos e campas, para grande curiosidade e surpresa dos passantes.

1.5 - Os Cemitérios: Sugerida numa entrevista com o Prof. Hélder Fonseca, a visita aos cemitérios das várias freguesias do concelho foi uma experiência, se bem que algo perturbadora, muito útil nos seguintes aspectos: comparação entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos; a disposição das campas e dos jazigos, a sua monumentalidade e decoração, as famílias mais destacadas e as menos, as datas de morte e os nomes completos dos falecidos ajudaram na elaboração das árvores genealógicas e todo este conjunto de elementos permitiu um retrato do grupo estudado nas suas formas de demarcação dos restantes grupos. Infelizmente não foi possível o acesso aos títulos de compra dos talhões, uma vez que as juntas de freguesia que actualmente são responsáveis pelos cemitérios não os têm em arquivo.

1.6 - Imprensa distrital, regional e nacional: As fontes recolhidas em Avis permitiram a elaboração das listas do pessoal político e da maior parte das informações sobre as famílias em causa. No entanto, a falta de imprensa local até 1966, confirmada na Biblioteca Nacional e nos Anuários Comerciais, obrigou-me a consultar outras fontes para completar a listagem das eleições locais e distritais. Uma vez que não estavam discriminados nas actas das eleições, nem nos livros de actas da Câmara Municipal, os partidos políticos a que pertenciam os vereadores ou deputados eleitos, para poder estudar o percurso das elites locais face às mudanças no poder central foi necessário procurar os partidos vencedores de todas as eleições deste período de 55 anos na imprensa distrital e regional.

Para ter uma noção da complexidade da História da Imprensa Periódica em Portugal foi importante a consulta da obra de José Tengarrinha⁽¹⁵⁾, mas foi sobretudo das obras do Prof. Oliveira Marques⁽¹⁶⁾ que retirei a maior parte das informações sobre a História política do princípio do século e sobre as fontes a consultar para o aprofundamento deste estudo. Além dos mapas já feitos por este autor e seus assistentes com os resultados das eleições distritais na primeira república, recolhi os nomes das principais publicações periódicas que me podiam informar sobre as eleições. De igual importância foi a recolha das datas das eleições e da evolução partidária numa época tão conturbada politicamente, com partidos que se formam, mudam de nome e acabam por vezes em poucos meses. Com estes elementos foi então possível consultar os principais jornais e revistas nacionais e regionais, nos quais encontrei quase todos os resultados eleitorais pretendidos, sobretudo a nível distrital no jornal *O Distrito de Portalegre*, com o subtítulo "Não é órgão de Partido Algum Político" e publicado a partir de 27/4/1884. Mas logo passa a ser órgão do Partido Progressista; na República apoia os monárquicos e conservadores e apoia a revolução do 28/5/1926.

Além destes elementos que permitiram reconstituir o percurso político de algumas das principais personagens das elites do concelho de Avis, foi possível recolher várias notas curiosas, como por exemplo as diferentes opiniões dos órgãos dos vários partidos sobre a mesma pessoa. No caso de um grande proprietário que foi presidente da CMA e deputado mais que uma vez em regimes diferentes, os comentários nos jornais vão desde o pior insulto ao mais rasgado elogio⁽¹⁷⁾.

Os jornais e revistas regionais apresentam também por vezes notícias sobre festas locais, como a mais importante festa de Avis (a romaria à Senhora Mãe dos Homens), feiras, jantares comemorativos de vitórias eleitorais e outras. No período do Estado Novo, o *Jornal da Situação* e as revistas *Álbum Alentejano* e *Expansão Portuguesa* apresentam artigos sobre Avis e as suas elites: os principais lavradores, a composição das suas lavouras, os políticos e suas famílias, os representantes da União Nacional, tudo, naturalmente, com enormes elogios aos seus contributos para o progresso do concelho e a riqueza da nação! Saliento que o meu

acesso a estas revistas foi possível na Biblioteca Nacional, mas principalmente nos arquivos das famílias por elas retratadas.

1.7 - Arquivos dos Ministérios: Infelizmente a longa pesquisa no Arquivo do Ministério do Interior não deu os resultados esperados, principalmente no que diz respeito às relações políticas entre as elites de Avis e o Estado Novo. Os poucos resultados são analisados no capítulo 5. Quanto ao arquivo do Ministério das Corporações, foi muito útil o acesso ao Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e das Corporações (que afinal existia na biblioteca do ICS) que me esclareceu quanto às instituições corporativas do Estado Novo, nomeadamente os grémios e casas do povo. Importante também foi a visita ao INE e a recolha dos censos da população.

No que diz respeito ao tema da escolaridade e da frequência das escolas por parte dos filhos das elites estudadas, a escola de Avis não guardou os arquivos e foi-me sugerida a visita ao Ministério da Educação, onde me foi informado que têm quilómetros de papéis em caixas por organizar num armazém em Carnaxide... Assim, tive de me limitar às informações recolhidas oralmente.

1.8 - Anuários Comerciais: o primeiro contacto com esta fonte foi no arquivo particular duma família de Avis. Mais tarde verifiquei que também era sugerida pelo Prof. Oliveira Marques e após a recolha dos exemplares na Biblioteca Nacional cheguei à conclusão que esta fonte era fundamental e insubstituível na quantidade e qualidade de informações que fornece em tão pouco espaço⁽¹⁸⁾.

1.9 - As Fontes Oraís: Como já foi várias vezes repetido, as informações fornecidas oralmente foram, se não as mais importantes, pelo menos fundamentais para a organização dos elementos recolhidos em todas as outras fontes. Só o testemunho de pessoas que ainda conviveram com a realidade descrita é que possibilitou, logo de início, o interesse pelo tema e depois, a elaboração, por exemplo, das árvores genealógicas. Por mais viva que seja a descrição de um monte alentejano pelo José da Silva Picão⁽¹⁹⁾, não chega à conversa com um antigo empregado da casa agrícola Abreu Callado, actualmente utente do centro de dia para reformado de Benavila. Até porque há diferenças regionais nos nomes dados aos diferentes empregados duma lavoura e este autor era de Elvas. As entrevistas com os vários descendentes das famílias retratadas e o conhecimento das suas atitudes perante a vida, tipo de educação recebida, etc., fornecem-nos um retrato da sua herança cultural que nos mostra um pouco do que pensavam os seus antepassados.

1.10 - Fontes Literárias: o mesmo se passa com algumas fontes literárias, como a obra de Saramago – *Levantado do Chão*, passada numa aldeia alentejana nos anos 60 e 70 deste século. Ainda que descrevendo uma realidade posterior à época abrangida por este trabalho, assim como a obra de Cutileiro, este autor retrata uma sociedade com enormes semelhanças com a realidade de muitas outras aldeias e vilas desta região. É um comentário

crítico que descreve a vivência e o ambiente rurais do ponto de vista dos trabalhadores, com a habitual riqueza de personagens e diálogos característicos deste autor. A sua contribuição para o entendimento das relações sociais na região estudada foi fundamental para esta tese. A outro nível situam-se as obras de Noel Teles, pseudónimo do Dr. Manuel Telles de Carvalho, um advogado do concelho de Avis, neto do 2º Maior Contribuinte de 1890, que escreveu alguns contos, novelas e um romance. Estas obras interessam por serem escritas por um membro das elites estudadas, um descendente de lavradores que passava as suas férias escolares na herdade da família. Uma das suas actividades era a caça, durante a qual fazia grandes caminhadas, tomando contacto com a realidade que o rodeava. As suas descrições da paisagem alentejana são enriquecidas pela narração de cenas da vida de um grande leque de personagens típicas da realidade alentejana. Inclui até numa das suas obras um pequeno dicionário de vocábulos regionais utilizados. Todos estes elementos permitiram uma abordagem mais fiel duma época e duma realidade cuja perda seria lamentável.

1.11 - Variações ortográficas: é importante fazer ressalvas para a enorme variação da ortografia dos nomes, absolutamente inconstante até para as mesmas pessoas em ocasiões diferentes. Segundo o Prof. Oliveira Marques, em 1910 houve "reforma ortográfica, simplificando a escrita numa aproximação fonética"⁽²⁰⁾. De qualquer modo nada ficou muito rígido durante muitos anos. Quanto aos nomes, a mesma pessoa usa várias versões em ocasiões diferentes, como os Pais ou Paes, todos da mesma família, os Telles, Varellas, o Jeronymo ou Jerónimo, Manoel ou Manuel, Christovam ou Cristóvão, etc.⁽²¹⁾.